



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
COGESP - COMITE GESTOR DE PESSOAS
ATA DE REUNIÃO Nº 15 / 2023

1. Identificação da Reunião

Data	Responsável
16/05/2023	CLAUDIA JOSEMIRA MARINHO DE LIMA

2. Objetivo

Preenchimento da planilha compartilhada - Auditoria PDPJ

3. Itens da pauta

Seq	Descrição
1	Preenchimento da planilha Matriz de Planejamento - Questões de Auditoria PDPJ - SGP

4. Participações

Nome	Setor de atuação	Assinatura
CLAUDIA JOSEMIRA MARINHO DE LIMA	SGP	
CELYA LOPES SANTOS	COBEP	
SUELLEN SOARES RIBEIRO AMORIM DE ALBUQUERQUE BARRETO	CODES	
RONALDO MEDEIROS DE ARAUJO	GAPSGP	
HELENA DE ARAUJO JALES COSTA PADILHA	COPES	

5. Itens de discussão

Seq	Descrição	Data	Responsáveis
1	<p>Iniciada a reunião foi apresentada a Matriz de Planejamento - V1_Questões de Auditoria_SGP, para resposta aos quesitos 3.1 a 3.18, relativas a auditoria Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDJP.</p> <p>Foram validades para preenchimento as seguintes respostas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Quesito 3.1: "Não houve realização de concurso público ou processo seletivo simplificado após a Portaria CNJ n. 25, de 31/1/2022";• Quesitos 3.2 a 3.18: "Não se aplica", haja vista serem condicionadas se houve a realização de concurso público ou processo seletivo simplificado. <p>Segue como anexo desta Ata, o documento Matriz de Planejamento, preenchido com as respostas validadas nesta reunião.</p>	16/05/2023	SUELLEN SOARES, CLAUDIA JOSEMIRA, CELYA LOPES, HELENA DE ARAUJO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

6. Pendências

Nenhuma pendência registrada

7. Ausências e substituições

Nenhum participante ausente registrado

8. Observações

Sem observações.

9. Fechamento da ata

Data	Secretária ou Secretário
16/05/2023	RONALDO MEDEIROS DE ARAUJO



MATRIZ DE PLANEJAMENTO

PDPJ-Br

UNIDADE AUDITADA: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP/DG), POR MEIO DOS SETORES COMPETENTES.

VISÃO GERAL: A Auditoria em epígrafe advém de ação coordenada do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), inicialmente programada para o 1º semestre de 2022, e posteriormente adiada, pelo Plenário do CNJ, para o mês de julho/2022 para o Poder Judiciário, exceto para a Justiça Eleitoral, face à realização das eleições gerais realizadas naquele exercício, com realização estabelecida a partir do mês de abril/2023.

ESCOPO: Exame de conformidade das medidas adotadas para atender à Resolução CNJ n. 335/2020 e às Portarias CNJ n. 252/2020, n. 253/2020 e n. 37/2022, bem como os pontos abordados na Resolução CNJ n. 443/2022 e na Portaria CNJ n. 257/2022.

OBJETIVO: A auditoria tem como objetivo avaliar, no âmbito dos tribunais, a aderência à política pública instituída pela Resolução CNJ n. 335/2020, por meio do exame de conformidade das medidas adotadas para atender às exigências da própria Resolução CNJ n. 335/2020 e das Portarias CNJ n. 252/2020, n. 253/2020 e n. 37/2022, além da Resolução CNJ n. 443/2022 e da Portaria CNJ n. 257/2022.

TESTES DE AUDITORIA: Visando à obtenção de evidências na sustentação dos achados, a Equipe de Auditoria poderá fazer uso das seguintes técnicas:

- i) Observação;
- ii) Análise documental¹;
- iii) Exame dos registros²;
- iv) Correlação de informações obtidas³;
- v) Entrevistas;
- vi) Análise de sistemas legados;
- vii) Análise de módulos novos de sistemas legados; e
- viii) Análise de sistemas novos.

QUESTÕES DE AUDITORIA: Em função da natureza da presente Auditoria, tem-se que a inteireza das informações requeridas derivam da legislação aplicável à espécie e de sistemas correlatos, elementos balizadores dos testes de Auditoria e dos trabalhos, empreendidos a partir das técnicas de observação, análise documental, exame de registros e correlação entre as informações obtidas. Partindo desses pressupostos, foram elaboradas, pelo CNJ, as seguintes Questões de Auditoria, acompanhadas das respectivas finalidades e dos possíveis achados:

EIXO 3: Seleção de Servidores e Contratação de Serviços Terceirizados		
3ª Questão de Auditoria: Os editais de concursos públicos e de contratação de serviços terceirizados na área de TIC preveem conhecimentos específicos mínimos sobre os normativos e a arquitetura de desenvolvimento da PDPJ-Br?		
Qn*	Subquestão de Auditoria	Finalidade

¹ Verificação de processos e documentos que conduzam à formação de indícios e evidências.

² Verificação dos registros constantes de controles regulamentares, relatórios sistematizados, mapas e demonstrativos formalizados, elaborados de forma manual ou por sistemas informatizados.

³ Cotejamento entre normativos, documentos, controles internos e auxiliares, declarações e dados.

3.1	O Tribunal realizou concurso público ou processo de seleção simplificado após a Portaria CNJ n. 25, de 31/1/2022, editada com base em previsão da Resolução CNJ n. 443/2022?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se existem editais de concursos publicados ou encaminhados para publicação após a portaria CNJ n. 257/2022.
Manifestação da(s) Unidade(s) Auditada(s): <ul style="list-style-type: none"> - Não houve realização de concurso público ou processo seletivo simplificado após a Portaria CNJ n. 25, de 31/1/2022 		
3.2	Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 335/2020 foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos na Resolução CNJ n. 335/2020.
Manifestação da(s) Unidade(s) Auditada(s): <ul style="list-style-type: none"> - Não se aplica 		
3.3	Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 91/2009 foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos na Resolução CNJ n. 91/2009.
Manifestação da(s) Unidade(s) Auditada(s):		

- Não se aplica		
3.4	Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Portaria CNJ n. 252/2020 foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 252/2020.
Manifestação da(s) Unidade(s) Auditada(s): - Não se aplica		
3.5	Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Portaria CNJ n. 253/2020 foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação, conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 253/2020.
Manifestação da(s) Unidade(s) Auditada(s): - Não se aplica		
3.6	Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 131/2021 foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo

		programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos na Resolução CNJ n. 131/2021.
Manifestação da(s) Unidade(s) Auditada(s): - Não se aplica		
3.7	Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 396/2021 foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos na Resolução CNJ n. 396/2021.
Manifestação da(s) Unidade(s) Auditada(s): - Não se aplica		
3.8	Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Portaria CNJ n. 162/2021 foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos na Portaria CNJ n. 162/2021.
Manifestação da(s) Unidade(s) Auditada(s):		

- Não se aplica		
3.9	Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre linguagem de programação Java foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos sobre linguagem de programação <i>Java</i> .
Manifestação da(s) Unidade(s) Auditada(s): - Não se aplica		
3.10	Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre arquitetura distribuída de microsserviços; <i>API RESTful</i> ; <i>JSON</i> ; <i>Framework Spring</i> ; <i>Spring Cloud</i> ; <i>Spring Boot</i> ; <i>Spring Eureka</i> , <i>Zuul</i> ; <i>Map Struct</i> ; <i>Swagger</i> ; <i>Service Discovery</i> ; <i>API Gateway</i> foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos sobre arquitetura distribuída de microsserviços; <i>API RESTful</i> ; <i>JSON</i> ; <i>Framework Spring</i> ; <i>Spring Cloud</i> ; <i>Spring Boot</i> ; <i>Spring Eureka</i> , <i>Zuul</i> ; <i>Map Struct</i> ; <i>Swagger</i> ; <i>Service Discovery</i> ; <i>API Gateway</i> .
Manifestação da(s) Unidade(s) Auditada(s):		

- Não se aplica

3.11	Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre persistência; <i>JPA 2.0</i> ; <i>Hibernate 4.3</i> ou superior; <i>Hibernate Envers</i> ; <i>Biblioteca Flyway</i> foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos sobre persistência; <i>JPA 2.0</i> ; <i>Hibernate 4.3</i> ou superior; <i>Hibernate Envers</i> ; <i>Biblioteca Flyway</i> .
------	---	--

Manifestação da(s) Unidade(s) Auditada(s):

- Não se aplica

3.12	Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre Banco de dados; <i>PostgreSQL</i> ; <i>H2 Database</i> foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos sobre Banco de dados; <i>PostgreSQL</i> ; <i>H2 Database</i> .
------	--	---

Manifestação da(s) Unidade(s) Auditada(s):

- Não se aplica

3.13	Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre Serviços de autenticação; SSO <i>Single SignOn</i> ; <i>Keycloak</i> ; Protocolo <i>OAuth2</i> (RFC 6749) foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos sobre Serviços de autenticação; SSO <i>Single SignOn</i> ; <i>Keycloak</i> ; Protocolo <i>OAuth2</i> (RFC 6749).
Manifestação da(s) Unidade(s) Auditada(s): <ul style="list-style-type: none"> - Não se aplica 		
3.14	Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre Mensageria e <i>Webhooks</i> ; <i>Message Broker</i> ; <i>RabbitMQ</i> ; Evento negocial; <i>Webhook</i> ; <i>APIs</i> reversas foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos sobre <i>Mensageria e Webhooks</i> ; <i>Message Broker</i> ; <i>RabbitMQ</i> ; Evento negocial; <i>Webhook</i> ; <i>APIs</i> reversas.
Manifestação da(s) Unidade(s) Auditada(s): <ul style="list-style-type: none"> - Não se aplica 		

3.15	Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre Ferramenta de versionamento GIT foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos sobre Ferramenta de versionamento GIT.
Manifestação da(s) Unidade(s) Auditada(s): <ul style="list-style-type: none"> - Não se aplica 		
3.16	Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a arquitetura de desenvolvimento da PDPJ-Br foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos sobre a arquitetura de desenvolvimento da PDPJ-Br.
Manifestação da(s) Unidade(s) Auditada(s): <ul style="list-style-type: none"> - Não se aplica 		

3.17	Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre Ferramenta de orquestração de <i>containeres</i> , <i>Rancher</i> foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos sobre Ferramenta de orquestração de <i>containeres</i> , <i>Rancher</i> .
Manifestação da(s) Unidade(s) Auditada(s): - Não se aplica		
3.18	Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre <i>Deploy</i> de aplicações; <i>Continuous Delivery</i> e <i>Continuous Integration</i> (CI/CD) foram exigidos dos candidatos?	Avaliar, por meio da técnica de análise documental, se os editais de concursos publicados contém, no conteúdo programático exigido para os cargos de técnicos e analistas da área de Tecnologia da Informação conhecimentos exigidos sobre <i>Deploy</i> de aplicações; <i>Continuous Delivery</i> e <i>Continuous Integration</i> (CI/CD).
Manifestação da(s) Unidade(s) Auditada(s): - Não se aplica		
Possíveis achados:		

1) Concurso público ou processo de seleção simplificado para provimento na área de TIC, após edição da Portaria CNJ n. 257/2022, cujo edital não estabelece no conteúdo programático os conhecimentos específicos mínimos exigidos dos candidatos sobre os normativos da PDPJ-Br; e

2) Concurso público ou processo de seleção simplificado para provimento na área de TIC, após edição da Portaria CNJ n. 257/2022, cujo edital não estabelece no conteúdo programático os conhecimentos específicos mínimos exigidos dos candidatos sobre a arquitetura de desenvolvimento da PDPJ-Br.

RECURSOS NECESSÁRIOS: serão utilizados os recursos humanos e materiais disponíveis na SOG/AUDI, com o apoio do servidor Thompson de Oliveira Souza (servidor lotado no GAPSTIE/STIE) e supervisão/acompanhamento dos trabalhos realizados pela Dirigente da AUDI/PRES.

CUSTOS: não há custos extraordinários estimados, em razão da utilização de recursos materiais e humanos ordinariamente aplicados nas atividades de rotina do setor.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS: 12/04 A 14/06/2023.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

NORMA	EMENTA
Resolução CNJ n. 335/2020	Institui política pública para a governança e a gestão de processo judicial eletrônico, integra os tribunais do país com a criação da Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ e mantém o sistema PJe como sistema de processo eletrônico prioritário do CNJ.

Portaria CNJ n. 252/2020	Dispõe sobre o modelo de Governança e Gestão da PDPJ.
Portaria CNJ n. 253/2020	Institui critérios e diretrizes técnicas para o processo de desenvolvimento de módulos e serviços na PDPJ.
Resolução CNJ n. 185/2013	Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento.
Portaria CNJ n. 131/2021	Institui o Grupo Revisor de Código-Fonte das soluções da PDPJ e do PJe.
Portaria CNJ n. 25/2022	Dispõe sobre a ementa básica para a aplicação e disseminação dos conhecimentos básicos sobre a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br) nos editais de concursos públicos, seleções e capacitações para cargos de tecnologia da informação e comunicação (TIC) dos órgãos do Poder Judiciário.
Portaria CNJ n. 37/2022	Fixa prazo até 30/6/2022 para a integração dos sistemas judiciais eletrônicos ligados à PDPJ.
Resolução CNJ n. 443/2022	Dispõe sobre aplicação e disseminação dos conhecimentos sobre a PDPJ-Br nos editais de concursos públicos, seleções e capacitações.
Resolução CNJ n. 446/2022	Institui a plataforma <i>Codex</i> como ferramenta oficial de extração de dados estruturados e não estruturados dos processos judiciais eletrônicos em tramitação no Poder Judiciário Nacional.
Portaria CNJ n. 257/2022	Dispõe sobre ementa básica para editais de concursos públicos, seleções e capacitações para cargos de TIC no Poder Judiciário
Portaria CNJ n. 36/2023	Institui o Guia de Alinhamento Estratégico de Implantação da PDPJ.